

INSERÇÃO SOCIAL: EM BUSCA DE SENTIDOS E INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

1 Considerações iniciais

Este documento apresenta delineamento geral dos sentidos de inserção social que vêm se constituindo na área da Educação e, ainda, de possíveis indicadores que propiciem sua objetivação na avaliação dos programas de pós-graduação no país. Tais delineamentos consideraram, sobretudo, o debate acumulado nesses dois últimos anos.¹

É nessa direção que se alude à busca de sentidos da ação de inserção social dos programas de pós-graduação em Educação, ou seja, a área necessita se posicionar de modo a explicitar referências conceituais que possam nortear e fundamentar sua avaliação pela CAPES. Referências constituem, portanto, balizadores que possibilitem compreender e ajuizar, em uma perspectiva qualitativo formativa, diferentes tipos de ações que compõem e informam a dimensão da inserção social desenvolvida pelos programas da Área.

O quesito Inserção Social é relativamente recente na prática de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Nesse âmbito, destaca-se a inter-relação entre *conhecimento, desenvolvimento, pesquisa e transformação social* como espinha dorsal que estrutura e sustenta a inserção social como componente da pós-graduação em educação.

A emergência histórica da inserção social na avaliação da pós-graduação foi impulsionada pelo entendimento de que ela deveria possibilitar aos programas, de modo coerente com seus objetivos, metas e estrutura, “dizer de si”, ou, noutros termos, evidenciar a abrangência de sua atuação espaço-temporal, suas especificidades e diferenças regionais e locais, mediante o detalhamento das ações e\ou das atividades realizadas, de sua periodicidade, continuidade, abrangência e articulação com políticas mais amplas.

Posto isto, é preciso considerar que não há inserção social melhor ou pior. Como requisito avaliativo que possibilite inferências sobre a qualidade dos cursos a partir de sua ação formadora, de pesquisa e de produção de conhecimento, é de fundamental importância caracterizar e registrar a inserção social como uma ação orgânica à função e as peculiaridades de cada programa de pós-graduação.

¹ No âmbito das discussões da ANPED o tema é retomado com mais ênfase em 2016 com vistas a subsidiar o debate no I Seminário O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, realizado em abril de 2017 em Fortaleza.

O documento da área da Educação é silencioso na explicitação da acepção de inserção social que adota como referência, o que favorece o atravessamento de diferentes acepções e compreensões em torno desse quesito. Outras áreas, entretanto, são mais claras em relação ao que consideram como Inserção Social e a objetivação feita para operacionalizar a avaliação de natureza qualitativa.

Com isso, o que deve ser considerado ou não como inserção Social no âmbito da pós-graduação em educação no Brasil ainda é objeto de pouco consenso e muitas dúvidas. Os indicativos do debate na área da Educação registram sobreposição de informações no quesito Inserção Social em relação a outros quesitos/itens, em particular no que concerne à interface com a Educação Básica. Distintamente das demais áreas, prevalece o reconhecimento de que essa interface é intrínseca à área da Educação.

2 Que sentidos de Inserção Social a Área de Educação tem produzido?

O inventário das ações declaradas pelos programas de pós-graduação em Educação na Plataforma Sucupira como objetivantes da inserção social na Área, realizado no ano de 2017 (ANPED, 2017), mostrou grande variedade de possibilidades para o entendimento da dimensão de Inserção Social, produzida de modo articulado com as peculiaridades de cada contexto e a *expertise* do corpo docente, dos grupos e linhas de pesquisa instaladas, de modo a revelar diferenças, diversidades, riquezas e criatividade na produção de respostas às expectativas sociais, sejam locais, regionais ou mais amplas.

Ou seja, as discussões encaminhadas a partir das ações declaradas pelos programas de pós-graduação em Educação em 2017, em linhas gerais, evidenciam tratar-se de um conceito amplo e, ao mesmo tempo, multifacetado que se funda e se complexifica, como já observado, na inter-relação entre *conhecimento, pesquisa desenvolvimento e transformação social*.

Nesses termos, tende a prevalecer na área de Educação uma dada compreensão de inserção social como um conceito que possibilita inferências sobre o impacto político e social dos cursos, considerando sua ação formadora e de pesquisa/produção de conhecimento. Entende-se que tais inferências articulam-se às peculiaridades de cada programa, abrangendo ações em diferentes contextos (locais, regionais ou nacional) e com temporalidade variada (imediate, a médio prazo ou a longo prazo).

Este entendimento se contrapõe à ideia de inserção social como ação estanque e pontual, firmando a dimensão do coletivo, de modo a favorecer uma noção de inserção

social que possibilite e favoreça a cada programa, coerentemente com seus objetivos e estrutura, evidenciar a abrangência de sua atuação espaço-temporal, de suas diferenças, especificidades e diversidades regionais e locais, mediante o detalhamento das ações realizadas, de sua periodicidade, continuidade, abrangência e articulação com políticas educacionais mais amplas.

Este debate nos remete àquele sentido de inserção social destacado antes, qual seja, inserção social entendida como ação orgânica à função da pós-graduação, à sua área de concentração, às suas linhas e projetos de pesquisa, e com uma feição intencional, planejada e multifacetada em sua objetivação na prática dos programas de pós-graduação em Educação.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se percebe nas ações declaradas pelos Programas uma tentativa de fazer da inserção social uma ação mais orgânica, mais articuladora dos objetivos e linhas e linhas de pesquisa dos programas, também se evidencia certa prática de fragmentação das informações, em boa medida impulsionada pelo modo estruturado e concorrencial como o quesito está delineado no próprio documento do processo avaliativo da Capes (Tabela abaixo)

Quesito / Item	Inserção Social - Programa Acadêmico
	Definições e Comentários sobre o Quesito/Item
<p>Item 5.1 Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa. (50%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto e inserção educacionais e sociais do programa, assim como seu impacto científico e tecnológico. - Valorizar produção de material didático, parcerias com as redes de educação básica, formação de profissionais para os sistemas de ensino, assessorias, projetos de extensão, divulgação científica, destinação dos egressos; - Valorizar a participação em sociedades científicas, organização de eventos, criação de produtos e processos tecnológicos entre outros.
<p>Item 5.2 Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional, relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. (30%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integração e solidariedade com outros Programas/Instituições, valorizando aquelas com instituições estrangeiras e aquelas de maior duração e impacto.
<p>Item 5.3 Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação. (20%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização e manutenção do site do Programa; - Divulgação das teses e dissertações, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006); - Visibilidade das atividades, projetos, produções e impactos dos grupos de pesquisa que constituem os Programas; - Visibilidade das produções e produtos mais relevantes do Programa; - Espaços de divulgação científica e difusão do conhecimento/tecnologias produzidos junto aos profissionais das áreas de concentração dos programas

Obviamente que diluir a inserção social em ações pontuais e imediatas não favorece uma compreensão da dimensão orgânica da inter-relação entre *conhecimento, desenvolvimento, pesquisa e transformação social*, fulcro do quesito Inserção Social. Com isso, a tentativa de se buscar pactuar um entendimento de Inserção Social para a Área de Educação se constitui como um desafio estruturante e permanente, pois as dúvidas que surgem na hora preencher a avaliação e, por efeito, alguns dos problemas identificados após o resultado decorrem, justamente, da dispersão de seu significado.

Desse modo, defende-se que é preciso deixar claro o que se entende por esse quesito, uma vez que o termo inserção social tende, em alguns discursos, a ser reduzido a uma perspectiva genérica e asséptica, o que tem favorecido, nos diferentes segmentos e contextos, de maneira explícita ou latente, desde os representantes da Capes aos coordenadores de programa, gestores educacionais, pesquisadores e público em geral, que cada programa assuma uma concepção particular de inserção social. Tal dispersão, para alguns, é problemática, sobretudo quando presente em uma prática avaliativa.

Pactuar, então, um entendimento de Inserção Social para a Área de Educação implica ouvir as diferenças no sentido de, na medida do possível, construir acordos e estabelecer parâmetros, isto é, instituir um “comum”, não como um a priori, mas como um efeito da diferença, a ser tomado como referência para a avaliação.

Assim, para o coletivo institucional dos programas, dispor de uma orientação explícita, direta sobre a expectativa em torno do quesito inserção social segundo o qual serão avaliados, faz diferença. Possibilitará, entre outros aspectos, reduzir tanto as dúvidas e os problemas decorrentes, por exemplo, de sobreposição de informações, quanto de sua pulverização/fragmentação, na medida em que essa orientação esclarece sobre as prioridades nesse quesito. Tais prioridades, a nosso ver, encontram sua pertinência na área de concentração e nas linhas de pesquisa do Programa.

3 Indicadores de Inserção Social produzidos pelos programas

A lógica da avaliação da CAPES, em particular no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação, tem se constituído como meritocrática, classificatória, discriminatória, decorrente de seu caráter de regulação. É pouco provável que essa lógica se altere substancialmente no quadriênio em curso (2017-2020).

Em sendo assim, e pressupondo que a decisão da Área de Educação seja a de manter Inserção Social como quesito importante da avaliação, torna-se importante,

mesmo que de modo provisório, delinear dimensões que expressem sua relevância no processo de avaliação e, de modo articulado, ações/indicadores que possam visibilizar sua objetivação na prática dos programas de pós-graduação.

Nesses termos, considerando os indicativos do debate sobre inserção social em Fortaleza durante o I Seminário de Avaliação da Pós-Graduação (ANPED, 2017) e, ainda, as principais evidências obtidas a partir do levantamento das ações declaradas pelos programas como práticas objetivantes de sua inserção social, presentes no relatório anual de 2016 na Plataforma Sucupira, chegamos à seguinte sistematização:

Principais evidências do levantamento sobre Inserção Social na prática dos Programas (2017)	Dimensões/Eixos estruturantes
Preocupação em contextualizar o programa	Contextualização e interlocução da proposta do Programa com as demandas
Contribuição do programa para a formação de docentes	Formação Humana
Interface com a Educação Básica	
Produção bibliográfica	Produção e circulação de conhecimentos
Produções técnicas	
Organização de eventos	
Participação em eventos	
Parcerias e/ou convênios, Intercâmbio, consultoria	Atuação acadêmica, administrativa e política
Atividades de inserção política, administrativa e acadêmica	

Tendo como referência o quadro acima podemos, de modo inicial, inferir que para a área de Educação, a partir dos dados informados pelos programas em 2017, o quesito Inserção Social seria composto por 4 dimensões (ou sustentado por 4 eixos estruturantes) que se inter-relacionam guardando, suas especificidades. Nesse sentido, apontamos como questões para a continuação da problematização do quesito Inserção Social na área da Educação:

- Seria possível pensar em outras dimensões além daquelas já evidenciadas?
- Em que sentido essas dimensões dialogam ou não com os itens do Quesito Inserção Social propostos na Ficha de Avaliação no documento de Área?
- É possível pensar outros indicadores (definições) para o documento de Área a partir das 4 dimensões já aludidas?
- Por fim, caso esses eixos sejam considerados como uma das referências para a área que descritores, além daqueles já aludidos, poderiam ser pensados para a operacionalização da avaliação da inserção social?

4 O que ainda propomos como continuação?

Frente às discussões até aqui realizadas e às questões propostas, reafirmamos a Inserção Social como dimensão importante do trabalho realizado pela Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Nesse sentido, defendemos que sua conceituação e avaliação, para extrapolar uma abordagem meramente quantitativa, requer uma revisão urgente dos critérios e dos procedimentos empregados. Nesses termos, ainda constitui desafios:

- Desenvolver estudo analítico da Inserção Social nas demais áreas e em experiências internacionais, identificando referentes que possam subsidiar o estabelecimento de ênfases/prioridades para a Educação nesse quesito;
- Estabelecer as ênfases/prioridades que a área tenha interesse em induzir/fomentar;
- Rever os indicadores de cada item (as ações) da Ficha de Avaliação a partir das ênfases/prioridades delineadas para a Área;
- Construir uma escala que permita objetivar a avaliação qualitativa do quesito inserção social;
- Explicitar no Documento de Área orientações acerca dos ênfases/prioridades, dos aspectos a serem destacados nas ações registradas pelos programas e da métrica que será utilizada para avaliar o quesito;
- Aumentar o percentual da Inserção Social.